

Galvêas vai ao Clube

Linda Ext

22 NOV 1983

por Mário de Almeida
de Paris

O ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, ocupa a partir de hoje cedo a cadeira principal na longa mesa ao redor da qual, durante dois dias, negociará com os representantes dos governos que avançaram créditos com garantias oficiais ao Brasil. Na mesma sala de reuniões do outrora elegante hotel Majestic, onde há dez anos foi selada a paz no Vietnã, o ministro da Fazenda tratará formalmente e com detalhes do reescalonamento de cerca de US\$ 2 bilhões de compromissos que teriam de ser pagos até dezembro de 1984 aos países do Clube de Paris.

O programa reserva duas reuniões para hoje. De manhã, falarão os emissários do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, cada qual explicando a orientação que adotou para empurrar dinheiro fresco para temperar a crise cambial brasileira. De tarde, os credores comunicarão suas reações à proposta oficial de renegociação.

Nesse capítulo, como reconheceu o ministro Galvêas numa calma entrevista coletiva, ontem de manhã, na agência do Banco do Brasil em Paris, há motivo para boas discussões. Em primeiro lugar, as contas terão de ser consolidadas.

Nem sempre os números levantados pelo governo brasileiro coincidem com os do país credor, pois muitos contratos de financiamento com garantia oficial a exportadores dos países ricos que vendem manufaturas ao Brasil não ficam registrados no Banco Central — ou porque têm duração inferior a um ano ou então porque o cliente final é uma subsidiária de multinacional sediada no país credor, que contabiliza uma importação financiada e não um empréstimo, caso em que teria de submeter o contrato a exame prévio das autoridades monetárias.

A diferença entre as listas do Brasil e as dos credores pode chegar até 10% do valor total da renegociação, segundo estimativa de funcionários da secretaria do Clube de Paris.

O segundo tópico para discussões é o prazo do refinanciamento. O Clube de Paris costuma dar cinco anos e raramente chega a

oito. O Brasil pede nove anos, com quatro de carência, para pagar 90% do que vence entre julho de 1983 e dezembro de 1984. A parcela restante habitualmente é paga a vista, como testemunho da boa vontade do devedor. Mas o Brasil pretende também financiar esses 10% a cinco anos, com três de carência. É provável que a parcela maior reciba um tratamento equivalente ao do refinanciamento negociado com os bancos comerciais, em Nova York, consagrando o prazo de nove anos para pagar. Mas não é difícil prever que o ministro Galvêas será gentilmente empurrado a fazer uma concessão na parte menor.

O ministro da Fazenda chegou sábado a Paris e passou um fim de semana discreto, em consultas com os funcionários da Fazenda que vieram alguns dias antes pavimentar o terreno da negociação. Ontem Galvêas fez uma visita protocolar a Michel Camdessus, diretor do Tesouro francês e oficialmente o presidente do Clube de Paris.

Determinado a falar o mínimo possível, o representante brasileiro admite, apenas, que "possivelmente as negociações terminarão com um acordo na quarta-feira". Esse acordo significa que o governo brasileiro e todos os seus credores chegarão a um entendimento quanto ao montante total do refinanciamento e ao prazo da operação. Os detalhes com cada país serão depois acertados em reuniões bilaterais, marcadas para Brasília. Galvêas insistiu, também, na observação de que para o Brasil "o empréstimo do projeto 1 (o jumbo de US\$ 6,5 bilhões que se arma em Nova York) está, para todos os efeitos, fechado". O ministro da Fazenda diz que os "bancos coordenadores deverão encontrar a fórmula para preencher o total combinado".

O ministro da Fazenda também observou, em Paris, que o Brasil não assumiu com o FMI "nenhum compromisso quantitativo para a inflação no final de 1984".